

## Capítulo 1 – Um silêncio ensurdecedor: a resistência como memória (im)possível

Ana Rita Alves

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALVES, A. R. Um silêncio ensurdecedor: a resistência como memória (im)possível. In: MARTINS, B.S., SANTOS, A.C., and LOPES, S., eds. *As sociedades contemporâneas e os direitos humanos* = Contemporary societies and human rights [online]. Ilhéus: EDITUS, 2018, pp. 21-47. ISBN: 978-85-7455-525-6. <https://doi.org/10.7476/9788574555256.0005>.

---

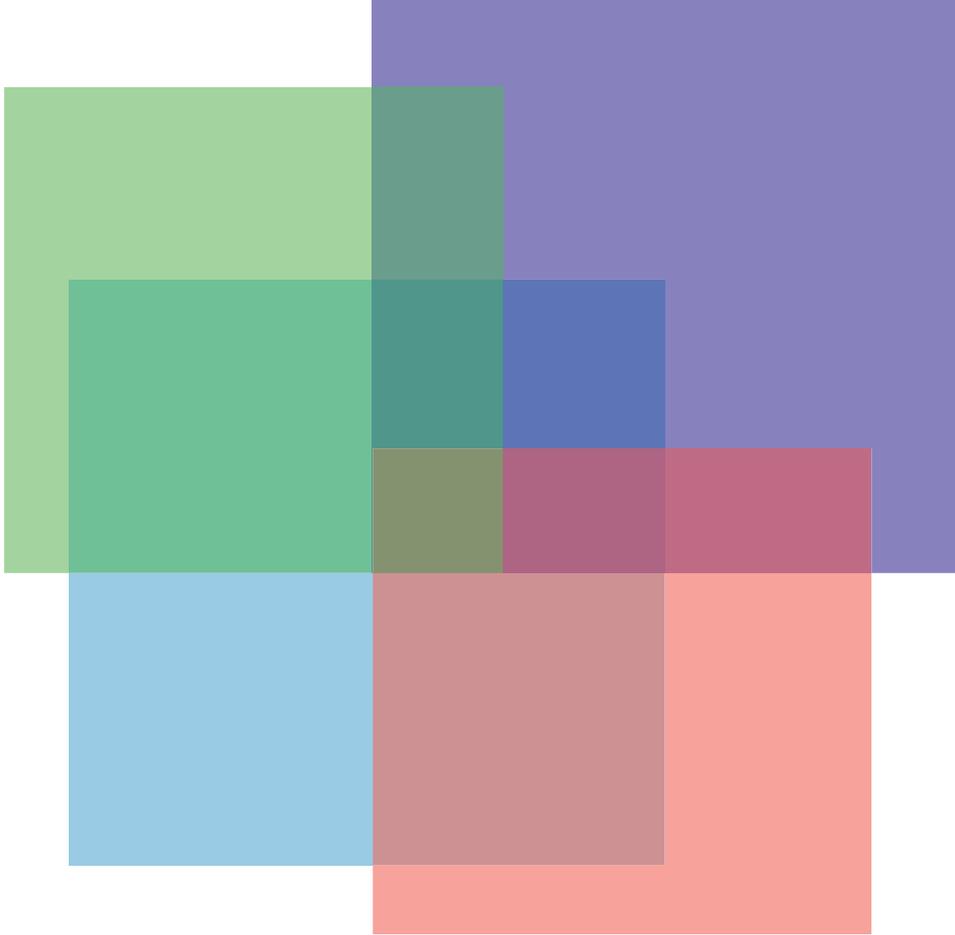


All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





# CAPÍTULO 1

# Um silêncio ensurdecedor: a resistência como memória (im)posível<sup>1</sup>

Ana Rita Alves\*

## Emancipação e esquecimento: uma introdução

Encontrei o livro de Harriet Jacobs na prateleira de uma biblioteca que costumo frequentar. Ao folheá-lo, cedo me apercebi da forma como Harriet, a partir de uma narrativa autobiográfica e intimista, dá conta de todo um sistema de opressão racial e patriarcal. É desta forma que, no decurso de *Incidentes na Vida de uma Escrava*, Harriet (1993 [1861]) denuncia as dimensões da violência e da brutalidade cotidianas, bem como a sua resiliência face à subordinação, humilhação e desumanização inerentes ao sistema escravagista. Por isso mesmo, a história de Harriet não só recorda outras histórias de resistência individual em tempos de escravatura<sup>2</sup>, como também evoca processos de luta coletiva. É este o caso da Revolução de São Domingo (1791–1803), um processo no qual a violência perpetrada pelos *senhores* no âmbito de uma *instituição social total* (GOFFMAN, 1961) — a escravatura

---

\* Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. E-mail: <alves.ritalopes@gmail.com>.

<sup>1</sup> Este trabalho foi cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa de Potencial Humano e pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da bolsa de doutoramento PD/BD/114056/2015. A autora muito gostaria de agradecer a Gustavo Santos Elpes, Mara Pieri, Ana Cristina Santos, Bruno Sena Martins e Silvia Rodríguez Maeso.

<sup>2</sup> Cf. Prince et al. (1988) e Equiano (1789).

transatlântica — desencadeou uma insurreição. Deve sublinhar-se que a Revolução de São Domingo se tornou o único processo revolucionário capaz de conduzir com êxito uma rebelião não só contra os escravagistas, como também contra os seus países de origem (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011), levando à criação da Primeira República Negra Independente da História, em 1804 — o Haiti (SMALL; WALVIN, 2012). O relato de Harriet espelha ainda outras tentativas de insurreição coletiva, tais como a Primeira Guerra Maroon (1730–1740), a Rebelião de Stono (1739) ou a Revolta de Tackey (1760) na Jamaica, em Antígua ou nos Estados Unidos, então colônias britânicas (SMALL; WALVIN, 2012). Nestas histórias de resistência, é também essencial sublinhar a existência de Comunidades Quilombolas, espaços fundamentais no movimento de luta contra a escravatura (SMALL; WALVIN, 2012). Edificadas por *escravos* fugidos, estas comunidades eram lugares onde uma vida sem grilhões seria possível, representando simultaneamente um lugar de resistência política à escravatura e ao colonialismo. O *Quilombo dos Palmares* (1605–1694), no Brasil, ficaria para a história como a mais conhecida destas comunidades. Por último, é ainda importante destacar o papel de negros e negras livres na luta contra a escravatura, não só pela importância da pressão que exerceram através de movimentos e publicações abolicionistas, mas também porque “desempenharam um papel importante nos processos de fuga” (SMALL; WALVIN, 2012, p. 47), através de redes de âmbito nacional e internacional, tal como retratado na experiência emblemática de Harriet Tubman. É desta forma que, independentemente da sua capacidade de resistir e persistir ao longo do tempo, todas estas experiências constituíram atos de insurreição e rebelião contra a escravatura, sendo, por isso mesmo, paradigmática de como “o medo da morte, da violência e da tortura não era suficiente para reprimir o espírito de liberdade” (SMALL; WALVIN, 2012, p. 44). Tal permite pensar que os africanos então submetidos à escravatura eram, acima de tudo, sobreviventes, e

não vítimas (SMALL; WALVIN, 2012). Neste contexto, a “história da escravidão pode ser escrita em termos de resistência”, uma resistência que testemunha a forma como “os Africanos sempre se recusaram a submeter-se à escravidão, utilizando diversas táticas para declarar a sua humanidade e afirmar a sua dignidade” (SMALL; WALVIN, 2012, p. 41). Esta resistência, ora coletiva, ora individual, espontânea ou planejada, violenta ou passiva, foi conduzida por “homens, mulheres e crianças” em “nível local, nacional e internacional” (SMALL; WALVIN, 2012, p. 41). Não obstante, o fato é que nem a história que nos narra Harriet, nem a sublevação de São Domingo integram propriamente as narrativas históricas contemporâneas. Tal, argumenta-se, tem vindo a contribuir para o silenciamento de determinados eventos históricos, obliterando o papel central dos negros (então escravizados) na luta pela sua liberdade. Obliteração esta que tem concorrido também para aquilo a que poderíamos chamar uma redenção da branquitude que se relacionaria, entre outras coisas, com o suposto papel proeminente que países como a França e os Estados Unidos da América teriam tido na universalização dos direitos (humanos).

Admitindo que a História é uma narrativa coletiva sobre eventos passados, bem como uma forma particular de arrumar a memória tornando-a, de certa forma, presente, é essencial perceber que algumas memórias se tornaram mais fortes que outras (TRAVERSO, 2012), devido a matrizes particulares de poder e conhecimento (MAESO; ARAÚJO, 2015). Deste modo, as ausências são ativamente produzidas, uma vez que correspondem a alternativas não credíveis, sendo, portanto, constituídas como objetos impossíveis das ciências sociais (SANTOS, 2002). Neste ensaio, tenho por objetivo partir de uma análise da história narrada por Harriet Jacobs (1993 [1861]) na obra *Incidentes na Vida de uma Escrava* e relacioná-la com a descrição de C.L.R. James (1989) a propósito da Revolução Haitiana em *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, observando de que forma a articulação destes

trabalhos pode servir de contributo para aprofundar as histórias de opressão e oposição à escravatura. Atentando, em particular, aos trabalhos de Michel-Rolph Trouillot (1995), Kwame Nimako e Glenn Willemsen (2011), procurarei entender como algumas das lógicas por detrás desses silêncios, assim como os seus legados, operam na forma como a escravatura é atualmente relembrada, não deixando de sublinhar as consequências desses mesmos processos, mostrando como, à imagem do que defendem Nimako e Willemsen (2011), a emancipação é ainda uma questão inacabada.

## 1 Lutar e resistir

### 1.1 A história de Harriet

Harriet Jacobs foi uma abolicionista que nasceu agrilhetada na Carolina do Norte, possivelmente em 1813. Tal como aconteceria à época com muitas outras mulheres negras, Harriet era *propriedade*<sup>3</sup> de alguém e, como tal, após a morte da sua mãe, foi enviada para a casa da sua *tutora*, uma mulher generosa que a ensinou a ler e a escrever. No entanto, quando Harriet tinha doze anos, a sua *tutora* faleceu e Harriet foi entregue a um familiar da mesma. A partir desse dia, Harriet viveria aprisionada, sob a crueldade da família Flint. Por essa altura, Harriet estava a entrar na adolescência, e o *senhor* da casa, o Doutor Flint, começou a desenvolver uma obsessão por ela que se materializava num assédio sexual constante. Determinada a resistir às investidas de Flint e na esperança de que as coisas pudessem eventualmente vir a mudar, Harriet nunca deixou de se insurgir contra a sua autoridade respondendo, desafiando e sabotando os seus planos e intenções. De acordo com Small e

---

<sup>3</sup> No decurso deste capítulo, várias palavras relacionadas com ideias de “domínio” e “propriedade” surgem em itálico. Tal tem como objetivo cartografar e desnaturalizar um conjunto de conceitos que ocultam processos de violência material e simbólica da escravatura, mantendo inquestionadas noções de objetificação e desumanização. Para aprofundar este debate, cf. Nimako (2015).

Walvin (2012), estas atitudes eram aspectos comuns aos processos de resistência individual durante a escravidão, especialmente por parte das mulheres. À medida que os anos passavam, Harriet fantasiava cada vez mais em se tornar uma mulher livre, uma vez que o seu *cativeiro* era ainda exacerbado pela obsessão sexual de Flint, que não se coibia de invadir constantemente a sua intimidade, evitando a todo o custo que Harriet tivesse uma vida própria. Após ver o seu único amor afastado e com ele a sua única hipótese de felicidade, Harriet decidiu engravidar de um homem branco por forma a forçar Flint a libertá-la pelo casamento. Inesperadamente, este recusou e ela acabou na casa da avó, aprisionada, e temendo pelo futuro dos seus filhos, uma vez que, de acordo com o princípio legislativo *partus sequitur ventrem*, as crianças seguiriam a condição da sua mãe (DAVIS, 1983). Devota a Deus, ao princípio da liberdade e aos seus filhos, Harriet percebeu então que a única forma de ser livre era juntar-se a muitos outros familiares e amigos — cujas fugas vão sendo descritas ao longo da obra — fugindo para os Estados do norte.

Assim, após mais um ato de desobediência, que leva Harriet a ser enviada pelo *senhor*, como forma de punição, para trabalhar numa quinta de algodão, Harriet decidiu escapar. Enquanto todos dormiam, Harriet desceu lenta e silenciosamente as escadas e fugiu para não mais voltar. No entanto, após encontrar um conjunto de abrigos provisórios em diversos lugares, Harriet acabou confinada no único local seguro que conseguiu encontrar: um espaço esconso no sótão da casa da sua avó. É importante sublinhar que, tal como argumentado por Gutman (apud DAVIS, 1983, p. 23), apesar de

inúmeras famílias negras terem sido afastadas à força [...] as ligações de amor e afeto, bem como as normas culturais que governavam as relações familiares e o desejo dominante de permanecerem juntas, sobreviveram às devastadoras investidas da escravidão.

E foi ali naquele sótão que, ao longo de sete anos, Harriet aguardou pacientemente por uma oportunidade de fuga à medida que acompanhava, silenciosamente, o crescimento dos seus filhos e os episódios da cidade por um pequeno buraco no teto, que servia de canal para conversas secretas com a sua avó Marthy e o seu tio Philip. Mas o tempo parecia não dissuadir a obsessão de Flint e, mesmo quando Harriet conseguiu enfim escapar de barco para Filadélfia e depois para outras cidades no Norte, Flint nunca deixou de a perseguir e tentar devolvê-la à escravidão, reiterando continuamente os seus privilégios de homem branco. Todavia, Harriet conseguiu finalmente forjar um plano para *comprar* os seus filhos, entretanto *propriedade* da família Flint, e foi então que, mesmo que assombrados pelos fantasmas do medo e da incerteza, conseguiram reunir-se e começar uma nova vida. No entanto, só com a morte do *senhor é* que, após tomar conhecimento da história de Harriet, a sua então patroa, a Sra. Bruce, lhe *comprou* a liberdade. Contudo, a violência persistiu incólume na vida de Harriet devido à segregação racial e ao racismo cotidiano (ESSED, 2002), já que “pela altura em que a escravidão foi legalmente abolida, os escravizados já tinham sido marcados, representados e erroneamente retratados” (NIMAKO, 2015). É neste sentido que Avery Gordon (2008, p. 139) afirma que a escravidão é “um fim que não acabou”, pois “algo seu continua vivo”.

A história narrada por Harriet (1993 [1861]) em *Incidentes na Vida de uma Escrava* enquadra-se num estilo literário que viria a ser apelidado de “narrativa de escravo”, entendido como forma de uma “sociologia popular da liberdade” (GORDON, 2008, p. 143). Ao combinarem a autobiografia, a etnografia, a história, a literatura e a política, estas narrativas permitiram não só denunciar a escravidão, mas também fazer pressão para que a mesma fosse abolida (GORDON, 2008). De acordo com Gordon (2008), não obstante ser importante reconhecer o papel desempenhado pelo movimento abolicionista (branco) e, em particular, o seu contributo

para o surgimento, divulgação e distribuição de narrativas abolicionistas, é de notar que este movimento acabou também por limitar a potencialidade destas mesmas narrativas<sup>4</sup>. Ainda assim, estas narrativas foram instrumentos sociopolíticos fundamentais no combate à escravidão racial. Ao descrever a realidade que os seus olhos testemunhavam, Harriet (1993 [1861]) narrou a escravidão transatlântica em toda a sua brutalidade e as suas consequências no decurso da vida dos negros e negras nos Estados Unidos da América, no decorrer do século XIX. Ademais, Harriet dá conta também da solidariedade entre família e amigos, escravizados e abolicionistas. A sua história é por isso mesmo testemunho importante da realidade da escravidão, do patriarcado, do privilégio branco e dos contornos ambíguos da abolição da escravidão, abrindo caminho para uma discussão sobre os seus legados, designadamente a persistência da segregação racial no período pós-abolição, o que confirma que, já à época, a emancipação era uma *questão inacabada* (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011). A sua história é expressiva da condição de uma mulher negra escravizada que nasceu com o desejo inabalável de se libertar. É este o caminho que procurarei dar à minha análise, uma vez que, tal como afirma Angela Davis (1983, p. 29), “perante as inúmeras histórias de repressão violenta e autoritária infligidas às mulheres, deve ser inferido que aquela que passivamente aceitou o seu destino como escrava foi a exceção e não a regra”.

## 1.2 Filhas, mulheres e mães: entre a racialização e a genderização

Para Angela Davis (1983, p. 11), sob o domínio da escravidão, aqueles que eram escravizados, fossem mulheres ou homens, eram, em primeira instância, trabalhadores (do campo), dado que o “trabalho forçado ofuscou todas as dimensões da existência da mulher”.

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes, cf. Gordon (2008).

Não obstante, as mulheres eram consideradas mais *lucrativas* que os homens, uma vez que “custavam menos a capitalizar e a manter” (DAVIS, 1983, p. 18). Uma vez que a escravatura era um sistema racial e patriarcal, tal como enunciado à exaustão por Harriet Jacobs (1993 [1861]), a discriminação racial e de gênero encontravam-se profundamente interligadas, submetendo as mulheres a formas distintas de exploração. As mulheres “sofreram de formas diferentes”, uma vez que “eram vítimas de abuso sexual e de outros tipos de tratamentos bárbaros”, iminentemente e “inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual” (DAVIS, 1983, p. 13-14). Este processo de genderização da opressão ocorreu sempre de acordo com as necessidades e desejos da escravatura, um sistema de degradação física e simbólica e uma racionalidade racializada.

A conveniência ditou a postura dos escravagistas face às escravas: quando se revelava lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas, de facto, como se não tivessem gênero mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas enquanto mulheres, eram encerradas em papéis exclusivamente femininos. (DAVIS, 1983, p. 13)

Neste sentido, o assédio e a violação representavam a “expressão não-camuflada do poder económico do senhor e do seu controlo sobre as mulheres negras enquanto trabalhadoras” (DAVIS, 1983, p. 14) e, no limite, enquanto sua *propriedade*, através da apropriação coerciva dos seus corpos e da sua dignidade. O abuso sexual era “uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo dissimulado era extinguir a vontade de resistência das mulheres escravas e, neste processo, desmoralizar os seus homens” (DAVIS, 1983, p. 34). Eglá Martínez Salazar (2012, p. 216) argumenta que a violação expressa um “genocídio racializado e de gênero”, profundamente enredado em noções chauvinistas de feminidade e esforços de dominação colonial.

Caso as mulheres negras atingissem um sentido da sua própria força e uma forte vontade de resistir, os ataques sexuais

violentos — na óptica dos proprietários — serviriam para recordá-las da sua condição feminina, inalterável e essencial. O que, na visão da supremacia machista da época, significava passividade, consentimento e fraqueza. (DAVIS, 1983, p. 35-36)

A exposição do corpo feminino negro à violência e à humilhação era uma forma de corporalizar a autoridade e reproduzir desumanização. Ademais, contribuía para reafirmar as assimetrias hegemônicas entre homens e mulheres, relegando as mulheres (negras) a uma condição de subalternidade perante a autoridade masculina (branca) e o sistema escravagista. Não obstante, o processo de racialização era tão essencial à manutenção e à legitimação da escravatura, enquanto sistema racista e capitalista, que o gênero encerrava um significado flutuante. Conseqüentemente, as (des)continuidades de noções *universais* de feminilidade eram ativadas em conformidade. Um exemplo paradigmático prendia-se com o fato de a “exaltação ideológica da maternidade, por muito popular que fosse durante o século dezanove, não se alargar às escravas” (DAVIS, 1983, p. 14). Ou seja, aos olhos dos *senhores*, as mulheres negras “eram simplesmente instrumentos que garantiam o crescimento da mão-de-obra escrava”, vistas como “reprodutoras” — “animais cujo valor monetário poderia ser calculado de forma precisa de acordo com a sua capacidade de se multiplicar” (DAVIS, 1983, p. 14). Era segundo esta lógica que as crianças podiam ser *vendidas*, tal como animais. De acordo com a racionalidade eurocêntrica da escravatura racial, não existiam mães, nem crianças ou famílias, aqueles que eram escravizados não eram vistos como humanos, mas, enquanto corpos racializados, objetos, propriedade e capital. Neste sentido, segundo Davis (1983, p. 34), todos eram igualmente sujeitos a uma violência estrutural racializada.

As mulheres negras eram iguais aos homens na opressão que sofriam; socialmente, estavam ao nível dos seus homens dentro da comunidade escrava e resistiram à escravatura com uma paixão igual à dos homens. Esta foi uma das

maiores ironias do sistema escravagista. Ao sujeitar as mulheres à mais impiedosa exploração possível — uma exploração que não fazia distinção de gênero — foram criadas as condições não só para que as mulheres afirmassem tanto a sua igualdade através das relações sociais, mas também que as expressassem através de atos de resistência. Tal, deve ter sido uma revelação aterradora para os senhores já que, ao que tudo indica, estes procuravam exatamente quebrar esta corrente de igualdade, em especial através da repressão brutal que reservavam para as mulheres.

Todavia, a tenacidade de formas constantes, passadas e presentes, de opressão patriarcal contribuiu, indiscutivelmente, para que o papel de todas as mulheres que lutaram contra a escravatura tenha vindo a ser negligenciado pelos historiadores (SMALL; WALVIN, 2012), não se qualificando como memória na luta pela abolição da escravatura. Contudo, este é somente um dos capítulos de um processo mais amplo de obliteração da resistência negra à escravatura, que permanece por contar, ouvir e perceber.

### 1.3 A Revolução de São Domingo

Os *Jacobinos negros* insurgiram-se vitoriosamente contra a escravatura e o colonialismo, entre 1791 e 1803, em São Domingo (hoje, Haiti), considerada então a joia da coroa de uma República Francesa emergente. Escrita por Cyril Lionel Robert James (1989 [1938]), a obra *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* procurou recontar essa mesma história. Nascido em 1901, em Trinidad — sob jugo colonial britânico — C.L.R. James tornou-se um historiador e ativista pan-africanista. *The Black Jacobins* não é por isso mesmo uma autobiografia, nem uma representação contemporânea dos eventos, mas sim uma narrativa temporalmente distanciada e academicamente comprometida que procura dar conta do contexto e do conjunto de eventos históricos que conduziram à revolução. A princípio, James (1989 [1938]) começa por descrever a brutalidade colonial que reinava em São

Domingo desde a chegada de Cristóvão Colombo e que se efetivou na dizimação das populações indígenas, na introdução da escravatura e na degradação das populações africanas. Através de uma ilustração cuidada do processo que conduziu à constituição do Haiti como a Primeira República Negra, James contrapõe às noções de propriedade as de liberdade e agência. Focando os principais eventos daquela que foi a mais bem-sucedida revolução coletiva contra a escravatura, James elege como figura proeminente Toussaint L'Ouverture, um homem anteriormente escravizado e letrado. No entanto, apesar do seu papel importante como militar e político, James (1989 [1938], p. x) não deixa de sublinhar que “Toussaint não fez a revolução. Foi a revolução que fez Toussaint”.

Não descurando a riqueza de toda a narrativa tecida por James (1989 [1938]), centrar-me-ei aqui, em particular, nos primeiros capítulos do livro, onde este debate as condições de opressão que viriam a criar o contexto da revolução. Neste sentido, ainda que C.L.R. James descreva um contexto social e político distinto do narrado por Harriet Jacobs, os mecanismos e as lógicas de opressão são extremamente similares. Semelhanças essas que se encontram igualmente na vontade de quebrar as correntes e combater o encarceramento em massa, desencadeado pela escravatura racial. Assim, as histórias de Harriet e James distanciam-se somente na semântica ou na escala, já que ambas contam e criticam um poder institucional racializado que “se baseava essencialmente no domínio dos escravos enquanto propriedade e na imposição legal ou no apoio à escravatura” (SMALL, 2015, p. 229). É deste modo que, tanto instituições civis como religiosas “eram quase indissociáveis da escravatura”, uma vez que “todo o sistema era imposto pelo poder estatal” (SMALL, 2015, p. 229). Kwame Nimako (2015, p. 185) argumenta que a escravatura era uma *instituição legal* proeminentemente “sustentada através da violência” e “radicada no apparatus do Estado”. Tendo em conta as particularidades, mas também as semelhanças entre colonialismo

(francês) e colonialismo interno (norte-americano) relativamente à escravatura, considero profícuo um diálogo entre as narrativas de Harriet e de James, dado que a primeira poderá enriquecer a segunda em detalhe e subjetividade, enquanto a segunda poderá imprimir um contexto histórico e político mais amplo à anterior, contribuindo para ajudar a compreender algumas das complexidades de um assunto silenciado: a resistência e a interligação entre as dimensões individuais e coletivas.

#### 1.4 O insuportável fato da resistência

A primeira parte do livro *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* é uma narrativa histórica que dá conta das *governamentalidades raciais* (HESSE, 2007) e da violência física, simbólica e material que estas encerravam. Ancorada num sistema que “adquiriu, distribuiu e explorou terras” (MUDIMBE, 1988, p. 16) através da dominação colonial, a escravatura racial representou para os poderes coloniais europeus uma solução de exploração massiva de mão de obra, mas não só (NIMAKO, 2015). Este fator foi, no entanto, particularmente importante para o desenvolvimento do sistema de plantação enquanto um novo modo de produção na origem da industrialização e do capitalismo (MINTZ, 1985). É também neste contexto que a palavra “escravo” se tornou sinónimo de “negro” (SWEET, 2003), testemunhando um processo de racialização que, desde cedo, comportou degradação, objetificação e desumanização. Neste sentido, o processo de desumanização foi premissa e corolário desta estrutura racializada de poder, que sempre se esforçou por bestializar os negros.

Os escravos trabalhavam como animais, eram alojados como animais em barracas construídas num largo ocupado com frutas e provisões. As barracas tinham entre 6 a 7 metros de comprimento, 3,5 metros de largura, cerca de 4,5 metros de altura e eram divididas em duas ou três divisões. Não tinham janelas e a luz entrava apenas pela porta. O chão era

de terra batida e a cama de palha, de pele ou composta a partir de um rude arranjo de cordas atado em postes. Nestas camas dormiam, indiscriminadamente, mãe, pai e filhos. Sem defesa contra os seus amos, lutavam contra o excesso de trabalho e a já habitual subalimentação. (JAMES, 1989 [1938], p. 10–11)

A violência simbólica e física era fator constante, por forma a manter e a legitimar a escravatura. Esta violência podia oscilar entre a inspeção ou a apropriação dos corpos, a fome, punições ou a privação de oportunidades educacionais. A última forma de violência parece constituir um esforço dos poderes coloniais para que os escravizados “permanecessem a besta bruta que [os amos] queriam que fossem” (JAMES, 1989 [1938], p. 17). A violência física era tão comum que “o estrangeiro em São Domingo era acordado pelo estalar do chicote, pelos choros reprimidos e pelos gemidos dos negros que viam o sol nascer somente para o amaldiçoarem por mais um dia de trabalho e dor” (JAMES, 1989 [1938], p. 10), enquanto se elevam as taxas de mortalidade. Não obstante as adversidades, os escravizados “permaneceram, indiscutivelmente, seres humanos, com a inteligência e o ressentimento de seres humanos, apesar da pele negra e do cabelo encaracolado” (JAMES, 1989 [1938], p. 11). Simultaneamente, a intenção “de os domesticar à necessária docilidade e anuência” era vista como uma forma de garantir a segurança dos *senhores*, reafirmando a sua autoridade através de um “regime calculado de terrorismo e brutalidade” (JAMES, 1989 [1938], p. 11-12).

Durante muito tempo, os escravizados resistiram individualmente através de greves de fome, envenenamentos ou mesmo pelo suicídio. Todavia, na noite de 22 de agosto de 1971, após o *Bwa Kayiman* (a cerimónia de *voodoo* na qual a insurreição foi sendo arquitetada), os escravizados revoltaram-se. É cabal sublinhar aqui o papel central da resistência cultural, nomeadamente religiosa (SMALL; WALVIN, 2012), uma vez que, embora as cerimônias estivessem expressamente proibidas, foi na sua continuidade que se

criaram as redes e se desenhou a revolução. De acordo com James (1989 [1938]), a revolta aconteceu não só porque se entendeu que seria este o contexto adequado, mas porque se havia percebido que a resistência individual, embora fundamental, jamais seria capaz de terminar a escravatura. As pessoas “fazem a sua própria história e os Jacobinos Negros de San Domingo estavam prestes a entrar para a história que [...] alteraria o destino de milhões de homens, bem como a história económica de três países” (JAMES, 1989 [1938], p. 25). Foi assim que, após enfrentarem tantas vezes o *senhor* (como no caso de Harriet) ou após serem por demais violentamente humilhados (como todos eram), havia chegado o momento de assassinar os *senhores* e queimarem as plantações que haviam previamente cultivado, semeando agora o caos que apagara definitivamente os vestígios da tirania. Segundo Frantz Fanon (1963 p. 46), o colonialismo — e pode aferir-se que, neste caso, a escravatura — “é a violência no seu estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior”. Nas palavras de C.L.R. James (1989 [1938], p. 89).

À época não havia qualquer registo de torturas demoníacas que envolvessem enterrar homens brancos até ao pescoço e esburacar-lhes a cara por forma a atrair insectos ou explodir-lhes a cara com pólvora ou outras quaisquer animalidades às quais tinham sido sujeitos. Se comparado com aquilo que os senhores lhes tinham feito a sangue frio, o que estes fizeram foi ínfimo e impulsionado pela ferocidade com que os brancos em Le Cap tratavam todos os prisioneiros escravos que caíam nas suas mãos.

De acordo com James (1989 [1938]), o que aconteceu em São Domingo foi uma insurreição, um clamor, um grito finalmente capaz de elevar as vozes, até então baixas, mas sempre persistentes, como as de Harriet e de todos aqueles que, de alguma forma, lutaram contra a escravatura racial. Neste sentido, a leitura destas obras foi sem sombra de dúvidas fundamental para mim, como estudante e como pessoa, e como tal a questão permanece: por que é que estas

vozes não estão presentes no discurso público, em particular nos manuais da escola, se, tal como nos narrou Stephen Small (2015), contar a história da escravatura passa também por contar a história de resistência à escravatura?

## **2 Resistência: a memória (im)possível**

Na sua obra seminal *Silencing the Past: Power and the Production of History*, o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (1995) analisou os mecanismos de produção dos silêncios nas narrativas históricas. No decorrer desse trabalho, um dos silêncios assinalados relaciona-se precisamente com a constituição da Revolução de São Domingo como *não evento*. Este passado, ativamente silenciado, remonta ao período da Revolução Francesa e ao suposto processo de universalização de direitos a toda a Humanidade, levado a cabo pela promulgação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Contudo, a escravatura persistia em São Domingo, revelando como a abolição da escravatura (não) foi/é uma questão moral europeia (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011), mas sim o resultado de um longo processo de resistência conduzido por negros escravizados em São Domingo (e em muitas outras geografias) e pelo seu desejo de serem livres. No entanto, a racionalidade ocidental, racista e ontologicamente eurocêntrica — premissa e corolário dos sistemas colonial e escravagista — e desde então generalizada entre os ocidentais, não contemplava a possibilidade de que os negros pudessem almejar a liberdade (TROUILLOT, 1995). E, como tal, excluía qualquer “possibilidade de insurreição revolucionária nas plantações” (TROUILLOT, 1995, p. 73). Aliás, se de alguma forma concebida, esta era severamente punida e simultaneamente trivializada, tal como ilustrado por Jacobs (1993 [1861]) a propósito da Insurreição de Nat Turner e dos seus seguidores, na Virgínia, em 1831. Foi desta forma que a violência e a resistência foram enquadradas como fenômenos excepcionais e, como tal, “cada possibilidade

de resistência foi tratada separadamente e totalmente esvaziada do seu conteúdo político” (TROUILLOT, 1995, p. 83), tal como aconteceu no caso do irmão de Harriet, Benjamim, “um escravo que se atreveu a sentir-se homem” (JACOBS, 1993 [1861]), p. 33). Sob o jugo desta racionalidade, os atos eram acomodados aos fatos e, por essa altura, o fator irrevogável era a escravatura racial e, neste sentido, qualquer um que ousasse rebelar-se seria automaticamente rotulado como “um negro mal-ajustado, um adolescente rebelde que haveria de comer pó até morrer, ou uma mãe infanticida, desviante” (TROUILLOT, 1995, p. 83). Assim, negar a resistência era característica fundamental da escravatura como instituição e da sua racionalidade, uma vez que reconhecer a resistência era impossível, já que tal implicaria reconhecer a humanidade do escravizado, bem como assumir que algo estaria errado com o sistema (TROUILLOT, 1995). Ironicamente, subestimar o escravizado impulsionou a criação de espaços importantes para a resistência, ou seja, a negação da agência dos sujeitos facilitou a revolução (im) possível, permitindo “formular estratégias” e organizar a rebelião (TROUILLOT, 1995, p. 73). Ademais, o fato de o governador de São Domingo, entre muitos outros escravagistas, considerar que “a escravatura provou ser a forma mais feliz de sociedade que se conhece” (JAMES, 1989 [1938], p. 112) é sintomático de como se tornou inimaginável, para os europeus, qualquer possibilidade de revolta, fazendo com que a Revolução se tornasse uma “história com a característica peculiar de ser impensável, mesmo quando aconteceu” (TROUILLOT, 1995, p. 73). O autor prossegue afirmando que

os eventos que agitaram Saint-Domingue de 1791 a 1804 constituíram uma sequência para a qual nem mesmo a extrema-esquerda em França ou em Inglaterra estava preparada para enquadrar. Foram factos “inimagináveis” na estrutura do pensamento ocidental. (TROUILLOT, 1995, p. 84)

Deste modo, quando as primeiras notícias da insurreição chegaram a Paris, a primeira reação foi o ceticismo. Os franceses

não conseguiam conceber como era possível que os negros se organizassem e derrotassem o exército francês (TROUILLOT, 1995) com o objetivo de acabar com aquilo que consideravam uma “situação idílica” (JAMES, 1989 [1938], p. 113). Mais tarde, quando chegaram as notícias que confirmaram a revolução, a estratégia foi desacreditar o papel dos escravizados e atribuir a iniciativa a outrem (TROUILLOT, 1995). Quando a Revolução se tornou fato, a única possibilidade foi negá-la, implicando, entre outras coisas, o não reconhecimento do Haiti enquanto Estado independente, o que acarretou consequências gravíssimas para o território e a sua população. Posteriormente, o silêncio e a trivialização da Revolução de São Domingo aconteceu através do que Trouillot (1995) apelidou de *fórmulas de apagamento* e *fórmulas de banalização*, argumentando que

um silenciamento efetivo não requer conspiração nem sequer consenso político. As suas raízes são estruturais. Para lá da generosidade política — muitas vezes sincera — como acontece no linguajar liberal dos EUA, as estruturas narrativas da historiografia ocidental não quebraram a ordem inaugurada no Renascimento. Este exercício de poder é bastante mais fundamental do que o alegado compromisso liberal ou conservador dos historiadores envolvidos. (TROUILLOT, 1995, p. 106)

É desta forma que a Revolução de São Domingo foi sendo suprimida nas narrativas históricas dominantes, fato que deverá persistir caso não se alterem os termos da conversa (MIGNOLO, 2009). Não obstante, várias foram as tentativas de descolonizar a narrativa dominante sobre a escravatura, o colonialismo e o racismo. E, neste sentido, tanto as narrativas de Harriet Jacobs como a de C.L.R. James somam contributos essenciais. De acordo com Enzo Traverso (2012), ambas as narrativas poderiam ser entendidas como *memórias fracas*, no sentido em que não têm qualquer visibilidade ou reconhecimento, na medida em que se apresentam como disruptivas das *memórias fortes* e aqui, em particular, do *mito da modernidade*

(DUSSEL, 1993). É neste sentido que a resistência individual e coletiva à escravatura se enreda num enquadramento mais amplo do *esquecimento social da escravatura* (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011), e que se relaciona com o fato de que “o que aconteceu no Haiti [...] contrariou a maioria do que o Ocidente disse sobre si a si próprio e aos outros” (TROUILLOT, 1995, p. 107).

## Conclusão

Harriet Jacobs e C.L.R. James produziram dois tipos diferentes de memória. Enquanto Harriet nos apresenta uma autobiografia intimista que narra a história de uma mulher escravizada que arriscou a sua sobrevivência pela sua liberdade, o trabalho de C.L.R. James é um relato histórico escrito na perspectiva de um cientista social que procurou dar conta de um *não evento* histórico. Contudo, uma e outra narrativa mobilizam noções idênticas de opressão, de racismo e desumanização, bem como de solidariedade, resistência e liberdade, e ambas se encontram ausentes dos debates dominantes sobre o colonialismo e a escravatura.

Segundo Silvia Maeso e Marta Araújo (2015, p. 13), estes debates são exemplos definitivos do “Eurocentrismo como paradigma de interpretação e produção de conhecimento”. Embora os últimos anos tenham assistido a um “ressurgimento do interesse académico e político na história e na memorialização da escravatura”, a forma como o debate tem sido enquadrado continua a ser bastante problemática (MAESO; ARAÚJO, 2015, p. 13). Em primeiro lugar, a escravatura transatlântica é normalmente entendida como um “processo excepcional ou um apêndice da história da Europa” (MAESO; ARAÚJO, 2015, p. 14). E, embora este debate “reconhe[ça] os impactos negativos da escravatura em África, omite totalmente os benefícios que esta trouxe à Europa: a escravatura Atlântica é abordada enquanto um processo que aconteceu lá — nas colónias — com pouca relevância para a história da Europa” (MAESO; ARAÚJO, 2015, p. 14),

o que tem conduzido à despolitização das *governamentalidades racializadas* impostas pelo colonialismo e pela escravização. Para mais, a ideia de uma *epistemologia ingênua* tem sido comumente mobilizada de modo a justificar a ausência de um debate sobre a escravatura transatlântica na historiografia ocidental, mascarando configurações particulares de poder e produção de conhecimento (MAESO; ARAÚJO, 2015). Por fim, o fato de a escravatura ser por norma descrita e entendida como um fenômeno universal e ubíquo contribuiu não só para a sua naturalização, como também para apagar da história o seu princípio organizador: a “raça” (MAESO; ARAÚJO, 2015; NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011). Poderá acrescentar-se ainda um quarto argumento, segundo o qual o apagamento dos processos de resistência entre os escravizados serviu como forma de negar a sua agencialidade, bem como a violência estrutural do sistema.

Os trabalhos de Harriet e James podem ser assim entendidos como *objetos impossíveis* de um cânone de produção acadêmica eurocêntrica que enaltece sistematicamente a autoridade moral do *Ocidente* sobre o *Resto do Mundo*, em particular através da construção do Ocidente como espaço gerador e disseminador de direitos e liberdades, negligenciando que o conceito de *Humano*, fruto da filosofia moderna/eurocêntrica, não foi construído num vazio, mas ancorado num contexto histórico e político concreto. Como consequência, a ideia de *Humano* — que se impôs extensivamente por meio de um processo de *racialização epistemológica* (HESSE, 2007) — é amplamente excludente. Longe de ser universal e neutra, a ideia de *Humano* é ontológica e moralmente construída sobre governamentalidades coloniais e, como tal, uma ideia racializada em si mesma, o que faz com que a ideia de *Direitos Humanos* implique a existência de *Humanos sem direitos* (BAXI, 2006). Assim, a persistência de racionalidades colonizadas, que ocultam a resistência negra à escravatura, tem vindo a contribuir para negar insistentemente a agência dos sujeitos racializados da modernidade. Importa aqui também analisar algumas *coincidências*

*históricas*, em particular, o fato de que são exatamente as antigas geografias colonizadas, nas quais as pessoas eram constantemente raptadas e humilhadas (e também aquelas onde os escravizados ousaram rebelar-se, como no Haiti), que são atualmente as regiões mais pobres do planeta e, por isso mesmo, alvos privilegiados de discursos e práticas humanitárias. Nestes territórios, a violência histórica e contemporânea, tantas vezes impulsionada por práticas (neo)colonialistas, continua, no entanto, apagada e mascarada.

Certamente, viver e escrever *Incidentes na Vida de uma Escrava* pode ser entendido como um ato de resistência contra um sistema de segregação formal, na mesma medida em que redigir *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* também o foi. Não obstante, recordar estas memórias na esfera do debate público atual parece, de certa forma, constituir-se ainda como um ato de desobediência e ruptura, testemunhando como os silêncios do passado parecem ecoar no presente, mostrando que a emancipação continua a ser uma *questão inacabada* (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011). De fato, a memória social sobre a escravatura — que é, em parte, o *esquecimento social da escravatura* (NIMAKO; WILLEMSSEN, 2011) — não é apenas uma parte da história que permanece por contar, mas um fantasma que nos assombra persistentemente, no sentido em que “ser assombrado é estar ligado a efeitos históricos e sociais” (GORDON, 2008, p. 190).

## REFERÊNCIAS

BAXI, Upendra. Politics of Reading Human Rights: inclusion and exclusion within the production of human rights. In: MECKLED-GARCÍA, Saladin; ÇALI, Basak (Org.). **The Legalization of Human Rights: multidisciplinary perspectives on human rights and human rights law**. New York: Routledge, 2006. p. 182-200.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race & Class**. New York: Vintage Books, 1983.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrism and Modernity. **The Postmodernism Debate in Latin America**, v. 20, n. 3, p. 65-76, 1993.

ESSED, Philomena. Everyday Racism. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John (Org.). **A Companion to Racial and Ethnic Studies**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 202-216.

EQUIANO, Olaudah. **The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano**. London: Author's edition, 1789.

FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove Press, 1963 [1961].

GOFFMAN, Erving. **Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates**. New York: Anchor Books, 1961.

GORDON, Avery F. **Ghostly Matters: haunting and the sociological imagination**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2008.

HESSE, Barnor. Racialized Modernity: an analytics of white mythologies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 4, p. 643-663, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01419870701356064>>. Acesso em: 5 Jun. 2016.

JAMES, Cyril .L.R. **The Black Jacobins:** Toussaint L'Ouverture and the San Domingo revolution. New York: Vintage Books, 1989 [1938].

JACOBS, Harriet A. **Incidentes na Vida de uma Escrava:** autobiografia. Lisboa: Antígona, 1993 [1861].

MARTÍNEZ SALAZAR, Eglá. **Global Coloniality of Power in Guatemala:** racism, genocide, citizenship. Toronto: Lexington Books, 2012.

MAESO, Silvia R.; ARAÚJO, Marta. Eurocentrism, Political Struggles and the Entrenched Will-to-Ignorance: an introduction. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia (Org.). **Eurocentrism, Racism and Knowledge:** debates on history and power in Europe and the Americas. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-22. Disponível em: <[https://doi.org/10.1057/9781137292896\\_1](https://doi.org/10.1057/9781137292896_1)>. Acesso em: 5 Jun. 2016

MIGNOLO, Walter. Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0263276409349275>>. Acesso em: 5 Jun. 2016

MINTZ, Sydney W. **Sweetness and Power:** the place of sugar in modern history. New York: Viking-Penguin, 1985.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **The Invention of Africa:** gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Bloomington and Indianapolis, IN: Indiana University Press, 1988.

NIMAKO, Kwame. Conceptual Clarity, Please! On the uses and abuses of the concepts “slave” and “trade” in the study of the transatlantic slave trade and slavery. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia (Org.). **Eurocentrism, Racism and Knowledge:** debates on history and power in Europe and the Americas. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. p. 178-191. Disponível em: <[https://doi.org/10.1057/9781137292896\\_10](https://doi.org/10.1057/9781137292896_10)>. Acesso em: 5 Jun. 2016.

NIMAKO, Kwame; WILLEMSSEN, Glen. **The Dutch Atlantic: slavery, abolition and emancipation.** London: Pluto Press, 2011.

PRINCE, Mary et al. **Six Women's Slave Narratives.** New York: Oxford University Press, 1988.

PRINCE, Mary et al. **Six Women's Slave Narratives.** New York: Oxford University Press, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.1285>>. Acesso em: 5 Jun. 2016.

SMALL, Stephen. Social Mobilization and the Public History of Slavery in the United States. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia (Org.). **Eurocentrism, Racism and Knowledge: debates on history and power in Europe and the Americas.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. p. 229-246. Disponível em: <[https://doi.org/10.1057/9781137292896\\_13](https://doi.org/10.1057/9781137292896_13)>. Acesso em: 5 Jun. 2016.

SMALL, Stephen; WALVIN, James. African Resistance to Enslavement. In: SCHALKWIJK, Marten; SMALL, Stephen (Org.). **New Perspectives on Slavery and Colonialism.** Amsterdam: Amrit/Ninsee, 2012. p. 41-49.

SWEET, James H. Spanish and Portuguese Influences on Racial Slavery in British North America, 1492–1619. In: ANNUAL LEHRMAN CENTER INTERNATIONAL CONFERENCE AT YALE UNIVERSITY, COLECTIVE DEGRADATION: SLAVERY AND THE CONSTRUCTION OF RACE, 5., 2003, New Haven. **Proceedings...** New Haven: Yale University, 2003.

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar.** Lisboa: UNIPOP, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: power and the production of history.** Boston: Beacon Press, 1995.